

Este poema ainda não é para você – sobre Paulo Henriques Britto*

Filipe Manzoni^a 

* Alguns dos pontos aqui abordados foram levantados anteriormente em um capítulo da tese de doutorado defendida em 2018 “Pequeno percurso pela poesia de Caio Meira e Paulo Henriques Britto: por uma leitura menos pessimista do presente” sob a orientação de Susana Scramim e Luciana di Leone. A elas gostaria de expressar aqui minha imensa gratidão pelas diversas discussões e contribuições que não apenas foram centrais naquele momento, mas que estão ainda tão presentes neste texto.

RESUMO

Este artigo se propõe a uma investigação da dêixis na poesia de Paulo Henriques Britto, pensada como um investimento na “significação indexical” enquanto forma de suspensão da estabilidade da referencialidade. O primeiro objetivo será o mapeamento de algumas modalidades recorrentes de dêiticos/shifters na obra de Paulo e a proposição da significação indexical como um eixo comum a dois núcleos recorrentes na sua poesia – a presença ostensiva da primeira pessoa e da metalinguagem. Num segundo momento, a investigação se voltará para uma dupla possibilidade de interpretação de um verso específico de Paulo, que se desdobrará em uma diferença sutil entre dois caminhos para pensar a filosofia da linguagem a partir da obra de dois teóricos centrais para a segunda metade do séc. XX.

Palavras-chave: Poesia contemporânea; Filosofia da linguagem; Dêiticos.

Recebido em: 31/08/2021

Aceito em: 01/10/2021

^aUniversidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil.
E-mail: manzoni@poetic.com

Como citar/How to cite:

MANZONI, F. Este poema ainda não é para você – sobre Paulo Henriques Britto. *Gragoatá*, Niterói, v.27, n.57, p. 109-137, 2022. <<https://doi.org/10.22409/gragoata.v27i57.51421>>

“S ainda não é P”

Gostaria de começar por uma anedota. Trata-se de uma história sobre Ernst Bloch recuperada por Harvey Cox na introdução da tradução americana de *Man on his on* – um volume dos escritos do filósofo alemão sobre religião. Segundo Cox (que credita o testemunho original da cena a Adolphe Lowe), Bloch foi desafiado por um amigo a reduzir toda a sua filosofia a uma única sentença, já que, segundo esse amigo não identificado, todos os grandes filósofos seriam capazes de resumir sua obra dessa forma. Após fumar o seu cachimbo por alguns instantes, Bloch teria respondido:

That’s a hard trap to get out of. If I answer, then I’m making myself out to be a great philosopher. But if I’m silent, then it will appear as though I have a great deal in mind but not much I can say. But I’ll play the brash one instead of silent one and give you this sentence: S is not yet P. (COX, 1970, p. 9).

A leitura de Harvey Cox (que me parece muito acertada) é de que a resposta de Bloch é precisa: o centro pulsátil de sua filosofia é uma impossibilidade de determinação inequívoca colocada no centro da própria fórmula básica da predicação. É isso que está na origem de sua “ontologia do ainda não” (BLOCH, 2006 [1959], v. 1, p. 23), e que reverbera por toda sua produção, seja no seu conceito de utopia como princípio de não identidade a si da história; seja na proposição de um messianismo ateológico fundado na demora. De fato, Bloch chega a propor textualmente, em seu ensaio “*Incipit Vita Nova*”, a fórmula “S ainda não é P” como princípio operatório da filosofia como um todo – “Hence the universal formula that applies at the beginning of philosophy: S is not yet P; no subject already has its adequate predicate” (BLOCH, 1970, p. 90).

Mas o que me interessa na anedota não é tanto a reverberação da fórmula “S ainda não é P” no interior da obra de Bloch, mas sua ressonância com algumas outras formulações muito próximas. A primeira delas, uma fórmula privilegiada da predicação, o “eu penso”, elemento fundacional da asserção de um sujeito epistemológico.

Giorgio Agamben propôs, em sua introdução a *La trasparenza dele immagini*, de Emanuelle Coccia, uma divisão da filosofia ocidental em duas grandes linhagens: “aquela que

¹“È possibile classificare i filosofi in due grandi scuole o correnti: quella che afferma che gli uomini pensano e che il pensiero definisce, in questo senso, la loro natura e quella che sostiene che gli uomini non pensano (o non pensano ancora)” no original.

afirma que os homens pensam, e que o pensamento define, nesse sentido, a sua natureza; e aquela que defende que o homem não pensa (ou não pensa ainda)” (AGAMBEN, 2005, p. XI, em tradução livre¹). Enquanto a primeira linhagem sustentaria a ideia de que todo conhecimento e todo pensamento tem a forma de uma consciência individual (*Ibidem*, p. VIII), a segunda apontaria para o que Agamben chama de um *experimentum imaginationis*, uma aproximação extrema entre filosofia e poesia – que é o ponto de partida para a proposição, feita por Raúl Antelo, de que “a poesia não pensa (ainda)” (ANTELO, 2016).

Seguindo essa divisão – entre uma tradição para a qual o homem pensa; e outra segundo a qual o homem não pensa (ou não pensa ainda) – a sentença-resumo de Bloch soa como uma espécie de atestado de filiação ao segundo grupo: ao por em suspeição a própria estrutura de predicação, “S ainda não é P”, Bloch poria em suspensão também a sua fórmula pessoal “eu penso”, assim como seu desdobramento em um “eu existo”, para seguirmos a célebre fórmula cartesiana.

Situar a frase-resumo de Bloch nesse cenário se coloca, portanto, como uma forma de por em suspeita o sujeito epistemológico desde um questionamento de sua natureza formal essencialmente linguística. O que significa dizer – para trazer ainda mais um teórico para esse cenário – que tomamos o “S ainda não é P” como uma resposta à provocação de Jacques Lacan quando pergunta: “o lugar que eu ocupo como sujeito de significante será, em relação àquele que eu ocupo como sujeito do significado, concêntrico ou excêntrico? Eis a questão” (LACAN, 1978, p. 247). Questão da qual Lacan desdobra uma segunda: “Não se trata de saber se eu falo de mim conformemente ao que eu sou, mas se, quando eu o falo de mim, sou o mesmo que aquele de quem eu falo. E não há aqui inconveniente algum em fazer intervir o termo ‘pensamento’” (*Idem*).

Lacan certamente se situaria também na segunda linhagem, diga-se de passagem. Mas o motivo que faz sua provocação especialmente interessante para essa discussão é que ela fornece os termos que permitem abrir as duas linhagens de Agamben em três, potencializando a sutileza de Bloch. Ou ainda: Lacan nos possibilita dar conta da diferença, deixada entre parênteses por Agamben, entre o “não” e o “ainda não”.

E aqui, vou tentar reformular o corte proposto por Agamben em três fórmulas, desdobradas nos termos tomados de Lacan.

Primeiramente, “S é P” nos diria de uma relação de identidade (ou concentricidade) entre o sujeito de significante e o sujeito do significado: quando digo “eu penso”, eu sou aquele que fala e aquele que pensa. Por outro lado, tanto em “S não é P” quanto em “S ainda não é P” teríamos relações predicativas excêntricas ou negativas entre o sujeito de significante e o sujeito do significado. Porém, na primeira, temos uma *determinação* da negatividade, S e P estão em uma relação negativa destemporalizada, ao passo que na segunda, a temporalização do “ainda não” insere na fórmula uma relação de desencontro, de diferimento. Em outras palavras, “S não é P” diria que o homem nunca fala conformemente ao que é; ao passo que no “S ainda não é P” a questão é que quando fala de si, o “eu” já não é (ou ainda não é) o mesmo daquele de quem fala.

É esse diferimento que Bloch coloca no centro de seu pensamento, se inserindo num subgrupo, entre parênteses, da segunda linhagem agambeniana, um que se deixa ler não pela negativa, mas pela temporalidade suspensiva do “ainda não”. É esse matiz sutil, essa brecha entre o “S não é P” e o “S ainda não é P” que vou tentar mapear e desdobrar como chave de leitura da poesia de Paulo Henriques Britto.

O caminho a ser percorrido vai ser mais o menos o seguinte: primeiramente, vou partir da recorrência da primeira pessoa na poesia de Paulo e tentar lê-la desde um paradigma dêitico. Em seguida, tentarei situar essa dêixis dentro de um panorama de outras partículas e operações dentro da poesia de Paulo; isto é, na medida em sua obra parece investir largamente em uma imprecisão de referência através da “significação indexical”. A partir daí, o percurso vai se dividir seguindo a trilha de duas interpretações possíveis para um mesmo verso. A ideia será contrastar a obra de dois filósofos centrais para a segunda metade do séc. XX, tentando marcar uma diferença entre suas teorias da linguagem – diferença que, ao final, vou tentar remontar rapidamente de volta a um contraste entre o que “não é” e o que “não é ainda”, entre o “S não é P” e o “S ainda não é P”.

A forma exata da sombra difusa

O foco na primeira pessoa do singular é um traço bastante frequente na poesia de Paulo Henriques Britto e uma espécie de unanimidade na crítica que se voltou para ela. Diversos estudos já leram a poesia de Paulo dando especial destaque para a presença ostensiva do “eu” como um reinvestimento ambíguo na categoria lírica ou como o centro de um embate entre o preceito cabralino de não escrever sobre si e um “encharcamento de subjetividade”². Minha ideia é ler essa questão desde um paradigma um tanto diferente.

Tomemos, como ponto de partida, o segundo poema da série “sete sonetos simétricos”, poema do qual provém o verso que empresta nome ao quarto livro de Paulo, *Macau* (2003). No poema, a pequena região administrativa especial da China serve como imagem, precisamente, para o “eu”, dando conta de um hibridismo do que é “familiar e estrangeiro” (a expressão é da quarta capa do volume). Tomemos o poema:

Tão limitado, estar aqui e agora,
dentro de si, sem poder ir embora,

dentro de um espaço mínimo que mal
se consegue explorar, esse minúsculo
império sem território, Macau

sempre à mercê do latejar de um músculo
Ame-o ou deixe-o? Sim: porém amar
por falta de opção (a outra é o asco).
Que além das suas bordas há um mar

infenso a toda nau exploratória,
imune mesmo ao mais ousado Vasco.
Porque nenhum descobridor na história
(e algum tentou?) jamais se despreendeu
do cais úmido e ínfimo do eu.
(BRITTO, 2003, p. 42)

Primeiramente, queria chamar atenção para a atmosfera pouco assertiva do poema. Muitas suposições e interrogações, mas poucos verbos de ação ou constatações seguras – salvo essa inescapabilidade característica do “eu”. De fato, apesar de atravessar o poema de ponta a ponta, o “eu” parece estar sempre um tanto enviesado: a referência à primeira pessoa

² A expressão é de Antônio Carlos Secchin (SECCHIN, 2015, p. 313-317). Sobre esse tema, caberia ainda fazer menção aos estudos *Lirismo, tradição e autorreflexividade crítica na poesia de Paulo Henriques Britto* (ALENCAR, 2016) e *Alguns procedimentos na poética de João Cabral e sua relação com a poesia contemporânea (década de 80 e 90)* (FERNANDES, 2016).

nunca marca uma posição de sujeito, um “eu” nominativo. Ela aparece a partir do pronome reflexivo – “dentro de si” –, para depois ser retomada pelos pronomes oblíquos no caso acusativo “ame-o ou deixe-o”. Não encontramos nem ao menos um “eu” nominativo desinencialmente marcado, já que o próprio verbo “estar” não aparece flexionado, não demandando um sujeito em primeira pessoa para o qual seria limitado “estar aqui e agora”. Da mesma maneira, no último verso, quando o pronome finalmente aparece, é na função genitiva: “cais ínfimo do eu”.

Tudo se passa, nesse sentido, como se em vez de afirmar ou referenciar um “eu lírico”, a grande questão fosse a dificuldade de fazê-lo diretamente. O centro do problema parece ser a inescapabilidade do que não se permite agarrar com segurança, que está sempre escapando por entre os dedos.

Esse caráter equívoco, contingente, pelo qual o “eu” parece colocado em constante suspeição ainda aparece em diversos outros poemas de Paulo como “História natural” – “primeira pessoa do singular: / a forma exata da sombra difusa. / Quem fala sou sempre eu a falar / A máscara é sempre de quem a usa” (BRITTO, 1997, p. 83) –, nas “Sete peças acadêmicas” – “Mas isto também é ser – isto que está acontecendo. Aliás, mais que tudo, isso” (BRITTO, 2007, p. 73) – ou ainda no quinto poema da série “Nenhum mistério” onde lemos uma aproximação direta com a formulação cartesiana: “[...] É o lugar / onde se está agora. O presente. // Impossível fugir desta presença, / e impensável. Estar aqui é pensar, / e pensar é sempre ser o que pensa” (BRITTO, 2018, p. 24). Em todos esses casos, mais do que a marca de um sujeito, o que encontramos é ainda essa tensão entre a “inescapabilidade” do eu e a impossibilidade de dar conta de sua referência – um desencontro entre o “eu” que diz e o “eu” dito, para retomar Lacan.

A questão parece ser, portanto, não tanto um jogo com um “eu lírico” – essa instância marcada por uma interioridade subjetiva – mas sim a realidade linguística do “eu” como determinação do “aqui e agora” discursivo que nunca se situa em uma relação referencial estável, isto é, que escapa tão logo seja “apontado”. Trata-se de uma perspectiva para a qual Daniel Heller-Roazen – que, cabe ressaltar, é tradutor de Giorgio Agamben – se voltou em diferentes momentos de sua obra. Dois desses momentos, me parece, falam mais diretamente a esses “eus” dos poemas de Paulo Henriques Britto.

Em *Ecolalias: sobre o esquecimento das línguas* (2010 [2005]), Heller-Roazen parte do célebre conto de Edgar Allan Poe, “Os fatos no caso do Sr. Valdemar”, para retomar a etimologia do pronome de primeira pessoa, remontado desde Brugmann. Segundo ele, o *ego*, “assim como seus correlatos no indo-europeu, derivaria de um substantivo neutro (**eh[h]om*), que significaria simplesmente ‘aquiedade’ (*Hierheit*): originalmente, ‘eu’ teria o sentido de ser insubstancial de qualquer coisa que fosse indicada como ‘aqui’” (*Ibidem*, p. 134). Algo muito próximo, portanto, do vínculo entre o “eu” e o “estar aqui e agora” que aparece em Paulo Henriques Britto.

Quatro anos mais tarde – em *Fortune’s faces: The Roman de la Rose and the poetics of contingency* (2009) – a reflexão sobre o “eu” retorna à obra do linguista americano de maneira mais detida, desdobrando-se na categoria do “sujeito contingente”. Por esse conceito, Heller-Roazen propõe abordar o “eu” como “o único termo que articula essa simultânea mesmidade e diferença dos ‘eus’ poéticos, é o operador da identidade e a sua perda” (*Ibidem*, p. 53, em tradução livre³). Ou seja, o “eu” seria “aquilo através do qual o falante no poema articula a sua infinita não coincidência consigo mesmo” (*Ibidem*, p. 53, em tradução livre⁴).

A contingência – tudo que, ao contrário das asserções que podem ser julgadas em termos de verdadeiro ou falso, contempla a possibilidade do que “pode ou não ser”, ou do que “ainda não é” – dá conta, na proposta de Heller-Roazen, do fato de o pronome pessoal se comportar como um “*shifter* ou um modo de *déixis*, precisamente porque pertence à classe de termos que ‘não determinam a natureza ou as propriedades’” (*Ibidem*, p. 31 em tradução livre⁵). A noção de “sujeito contingente” se traduz, nesse sentido, como uma forma de situar o “eu” nesse “modo da linguagem” que recebeu, de diferentes teóricos, nomes como “indicadores de enunciação”, “*shifters*” ou “símbolos indexicais”. Partículas como os pronomes pessoais, demonstrativos, dêiticos e alguns advérbios; cuja especificidade é a dependência de uma contiguidade pragmática para a construção de seu sentido, e que, por isso mesmo, possuem uma significação sempre esquivada ou imprecisa.

Esse primeiro cenário de leitura poderia, portanto, ser formulado em uma espécie de conclusão preliminar, da seguinte maneira: o “eu” nos poemas de Paulo Henriques

³“the single term that articulates this simultaneous sameness and difference of poetic selves; it is the operator of identity and the loss of identity” no original, em inglês.

⁴“that through which the speaker of the poem [...] articulates his infinite noncoincidence with himself” no original, em inglês.

⁵“‘*shifter*’ or means of *déixis*, precisely as belonging to a class of terms that ‘determine no nature or properties’” em inglês, no original.

Britto parece se comportar menos como um “sujeito lírico” do que como um “sujeito contingente”, isto é, parece interessar na medida da instabilidade de sua referência – “sua infinita não coincidência consigo mesmo” – que se confunde, a cada vez, com o próprio “estar aqui e agora” discursivo, sempre se reatualizando e sempre escapando.

Indicadores de enunciação, *shifters* e a significação indexical

Vou tentar montar, agora, um breve panorama sobre esse “modo de linguagem” específico, partindo dos dois linguistas mais importantes que se voltaram para a questão⁶, Emile Benveniste e Roman Jakobson, para, em seguida, mapear pontes para dois outros nomes, citados pelo último, mas que em geral ficam em segundo plano.

⁶E se voltaram praticamente ao mesmo tempo: “A natureza dos pronomes”, de Benveniste, é publicado em 1956, “Shifters verbal categories, and the russian verb” de Jakobson, em 1957 e “Da subjetividade na linguagem”, novamente de Benveniste, em 1958.

Primeiramente, Benveniste. O linguista se volta de maneira detida para a especificidade dos pronomes em “A natureza dos pronomes” (BENVENISTE, 1995 [1956], p. 277-283) e “Da subjetividade na linguagem” (BENVENISTE, 1995 [1958], p. 284-293), buscando, justamente, inseri-los nessa categoria dos “indicadores” da instância de discurso. Trata-se de uma categoria ampla, que incorporaria os dêiticos, os pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa, alguns advérbios e locuções adverbiais; termos que por meio dos quais “a língua é atualizada em palavra por um locutor” através de “atos discretos e a cada vez únicos” (BENVENISTE, 1995 [1966], p. 277).

O linguista faz, ainda, uma ressalva para com a designação simplista de “dêiticos”:

Não adianta nada definir esses termos e os demonstrativos em geral pela deíxis, como se costuma fazer, se não se acrescenta que a deíxis é contemporânea da instância de discurso que contém o indicador de pessoa; dessa referência o demonstrativo tira o seu caráter cada vez único e particular, que é a unidade da instância de discurso à qual se refere. (BENVENISTE, 1995, p. 279-280).

Os indicadores possuiriam, assim, um vínculo incontornável com o “momento eternamente ‘presente’” (a expressão é de Benveniste) para o qual “não há outro critério nem outra expressão [...] senão tomá-lo como ‘o tempo em que

se *fala*” (BENVENISTE, 1996 [1958], p. 289), ou ainda, o tempo que “é determinado cada vez pelo locutor para cada uma das instâncias de discursos referidos” (*Idem*). Reencontramos em Benveniste, portanto, o teor esquivo – derivado da referência que é “a cada vez única” – e a unicidade do inescapável “estar aqui e agora” – no “tempo em que se fala” – que líamos em Paulo Henriques Britto. Agora, tomemos o caminho via Jakobson.

Jakobson parte de um cenário um tanto diferente. Na primeira seção de “Shifters, verbal categories, and the russian verb”, (JAKOBSON, 1971 [1957], p. 130-147), o linguista se propõe a analisar as formas pela qual a mensagem ou o código – estruturas cuja distinção mais célebre se daria no famoso “Linguística e poética” (JAKOBSON, 1971 [1960], p. 118-162) – fazem referência a si mesmos. Jakobson nos apresenta quatro modalidades possíveis de autorreferência: mensagem se referindo à mensagem, código se referindo ao código, mensagem se referindo ao código e código se referindo à mensagem. A modalidade que nos interessa, “uma classe particular de unidades gramaticais” (JAKOBSON, 1971, p. 131, em tradução livre⁷) é a dos *shifters*: partículas do *código* que fazem referência à *mensagem* na qual estão inseridas e cujo sentido não pode ser definido fora desse vínculo.

⁷“A particular class of grammatical units”, no original em inglês.

O que aparecia no texto de Benveniste nos termos de uma relação entre o indicador e “a *presente* instância de discurso” ou de um vínculo de “contemporaneidade”, colocasse, na proposta de Jakobson, como uma dependência de uma “relação existencial” com o que é apontado, pela qual os *shifters* se comportariam como “símbolos *indexicais*”. Ou seja, enquanto Benveniste insiste no caráter temporal do vínculo, Jakobson descreve essa relação desde um paradigma peirceano. Gostaria de destacar dois pontos do texto de Jakobson que serão importantes mais a frente. O primeiro diz respeito à origem do termo *shifter*, e o segundo, ao estudo no qual Jakobson se ampara e do qual retoma a noção de “símbolo *indexical*”.

O termo *shifter* foi proposto a primeira vez por um linguista dinamarquês, Otto Jespersen, em sua obra *Language, its nature development and origin* (JESPERSEN, 1964 [1922]). Ao se voltar para o problema de aquisição da linguagem pelas crianças, e mais especificamente, sobre a estabilização dos vínculos semânticos entre um símbolo e uma referência,

Jespersen abre um subcapítulo denominado, justamente, “*Shifters*”, onde nos diz: “Uma classe de palavras que apresenta uma grande dificuldade para as crianças é a daquelas cujo significado difere de acordo com a situação, de forma que a criança as ouve aplicadas uma hora a uma coisa e depois a outra” (JESPERSEN, 1964 [1922], p. 128, em tradução livre⁸).

⁸ “a class of words which presents grave difficulty to children are those whose meaning differs according to the situation, so that the child hears them now applied to one thing and now to another”, no original em inglês.

Jespersen parte de exemplos como “pai”, “mãe” e “casa”, que expressam uma relação relativa a cada falante, para chegar ao problema principal dos pronomes pessoais – e, em especial, ao “eu” – que seriam os casos mais importantes dessa classe de palavras à qual, por sua mudança constante de referência, passa a chamar de *shifters*. A reflexão de Jespersen não parte, portanto, dos dêiticos ou dos indicadores para chegar à imprecisão de sua significação, mas, antes, faz da própria mudança de referência o que os caracteriza e define em primeiro lugar.

Agora o segundo ponto. Jakobson retoma, em seu artigo, um texto de um jovem professor de filosofia, Arthur Burks, publicado em 1949, “*Icon, Index and Symbol*” (BURKS, 1949, p. 673-689). Burks se propõe a uma releitura minuciosa da semiótica de Charles Sanders Peirce, apontando para algumas inconsistências e para a necessidade de categorias suplementares à divisão dos signos em símbolos, índices e ícones. Em especial, Burks se volta para o que ele propõe como “símbolos indexicais”, termos que são reconhecidos por convencionalidade, mas cujo sentido é mais complexo e dinâmico: eles são em parte simbólicos – “agora”, por exemplo, significa o instante presente de uma enunciação – e em parte indexicais – isto é, “agora” muda de referência conforme cada ocorrência pragmática em que ocorre. Essa duplicidade é proposta por Burks como uma dupla conjugação nesses termos: eles possuem tanto um “significado simbólico”, convencionalizado, quanto um “significado indexical”, contingente.

Burks como que traduz, portanto, via semiótica de Peirce, a formulação de Jespersen dos *shifters* como “termos cujo significado difere de acordo da situação” (e mesmo a duplicidade de “identidade e de sua perda” que Heller-Roazen proporá, sessenta anos mais tarde, para o “eu”). Trata-se de uma divergência entre a significação simbólica, o termo que se mantém convencionalizado, estável – “quem fala sou sempre

eu a falar” –; e a significação indexical, a não coincidência de uma referência dinâmica a cada nova ocorrência pragmática – “é o lugar onde se está agora. o presente”.

A questão ainda se torna mais interessante quando, quase ao final de seu artigo, Burks diferencia os símbolos indexicais entre os que possuem, em seu uso, uma especificação formulável de seu significado simbólico – “hoje”, por exemplo, sempre se refere ao dia presente na instância de discurso – e os que não possuem – como no caso dos pronomes demonstrativos, que quando estão sozinhos são sempre incompletos e precisam de um acompanhamento para especificar o que designam, como em “este livro”. O que Burks propõe, a esse respeito, é que formular a questão nos termos da dependência de uma “relação existencial” para a produção de sentido não é o suficiente. Mesmo estabelecida a “relação existencial”, isto é, mesmo em um contexto pragmático dado e específico, alguns símbolos indexicais podem falhar em marcar sua referência:

A token of “this”, or an act of pointing, is existentially related to and points to many objects, and so when unaccompanied by a descriptive element cannot indicate any particular one of them. For example, if one is pointing to a book the reference may be any of various objects: *this book*, *this copy of a book*, *this red cover*, *this leather binding*, *this color (red)*, etc. (BURKS, 1949, p. 687).

Segundo Burks, essa propensão ao erro (extrema no caso dos demonstrativos) seria inerente ao funcionamento da significação indexical até mesmo quando tomamos um símbolo indexical com um significado simbólico bastante estável. Se não sabemos, por exemplo, o *quando* de uma instância de discurso, não é possível determinar uma referência inequívoca para qualquer ocorrência de *agora* ou mesmo de *hoje*.

Se essa propensão ao erro já é apresentada como incontornável nos exemplos esquemáticos e hipotéticos propostos pelo linguista, a questão que se coloca para nós é: como lidar com a significação indexical quando a suposta imediaticidade do ato de fala está previamente barrada? Isto é, quando inserimos uma temporalidade dissociativa entre uma escrita e um movimento de leitura? Vou deixar essas questões em suspenso por enquanto.

Isto, o poema

Eu disse que o diagnóstico de uma recorrência da primeira pessoa do singular era uma espécie de unanimidade na crítica que se volta para a produção de Paulo Henriques Britto. Seguindo a linha que situa o “eu” como um caso privilegiado de *shifter* ou de “indicador de enunciação”, ainda é possível fazer uma ponte entre o pronome de primeira pessoa e um segundo ponto que é praticamente um consenso da crítica sobre Paulo: seu caráter fortemente metalinguístico⁹. Tomemos, como ponto de partida pra isso, o primeiro poema da série “sete peças acadêmicas”, de *Tarde* (2007):

⁹Os exemplos críticos são muito vastos. Mas é importante observar como é um ponto praticamente inequívoco tanto em artigos isolados – como o diagnóstico por parte de Célia Pedrosa de uma “constante referência metapoética ao trabalho de composição” (PEDROSA, 2005, p. 93) – quanto em trabalhos mais extensos – como a dissertação de mestrado de Dayane Celestino de Almeida *Semiótica da poesia: estudo de poemas de Paulo Henriques Britto* (ALMEIDA, 2009), a dissertação de mestrado de Gabrielle Cristina Mendes *A melancolia na poesia de Paulo Henriques Britto*, (MENDES, 2016) ou ainda a tese de doutorado de Rosana Nunes Alencar *Lirismo tradição e autorreflexividade crítica na poesia de Paulo Henriques Britto* (ALENCAR, 2016).

Isto, também, não é uma solução
Não chega a ser sequer uma promessa.
Desesperar está fora de questão,

porém: por mais inútil que pareça,
é necessário prosseguir. O jeito
é continuar a procurar a peça

que encaixe certo no lugar perfeito,
ocupando o ponto vazio do esquema –
se o esquema for entendido direito,

pressupondo-se também que o dilema
foi bem equacionado matematicamente.
Porém, resta ainda um problema:

mesmo que seja correta a temática,
e se a linguagem for apenas fática?
(BRITTO, 2007, p. 67).

O poema possui uma estrutura muito comum dentro da obra de Paulo: uma espécie de jogo com o que apenas é referido indicativamente, no caso, pelo pronome neutro “isto” – uma busca pela “peça que encaixe” que não deixa de remeter à própria estrutura de incompletude da significação indexical de um demonstrativo sozinho. O que eu gostaria de propor é que por mais fácil que seja associarmos o “isto” à própria produção do poema que parece transcorrer contemporaneamente à voz que nos narra; ou ainda, por mais aceitável que seja ler este como um poema metalinguístico, a forma como essa referência se constrói não é estritamente simbólica. O “isto” não *simboliza* o poema, ele *aponta* para ele, *indica-o*.

¹⁰ De fato, a definição de metalinguagem do clássico “Linguística e poética” lança mão em sua maioria, de exemplos que Jakobson situa, no “Shifters, verbal categories, and the russian verb”, como casos do “*autonymous speech*”: elucidações por parte da mensagem de fragmentos do código; o exato oposto dos *shifters*, que são fragmentos do código cuja referência aponta para a mensagem.

¹¹ Para nos mantermos apenas nos poemas que fazem referência ao fazer poético situado contemporaneamente à instância do discurso presente no poema através de pronomes demonstrativos, caberia ressaltar “Para Augusto de Campos” (BRITTO, 2013, p. 99), o segundo poema da série “*Mínima poética*” (*Ibidem*, p. 101), “O prestidigitador” (BRITTO, 1997, p. 11), o primeiro, o quarto e o sexto dos “Sete estudos para a mão esquerda” (*Ibidem* p. 19, 25 e 29), o terceiro poema de “No Alto” (*Ibidem*, p. 119), “Biodiversidade” (Britto, 2003, p. 9), a primeira das “Três tercinas” (*Ibidem*, p. 23), a primeira e a sétima das “Sete peças acadêmicas” (BRITTO, 2007, p. 67 e 73), “*Lorem ipsum*” (BRITTO, 2012, p. 11), “Circular” (*Ibidem* p. 12) ou ainda o sexto dos “Seis sonetos soturnos” (*Ibidem*, p. 49).

¹² Essa provocação já podia ser lida, aliás, no poema de abertura do livro anterior de Paulo Henriques Britto, *Macau*, a partir de

Mais do que identificar a metalinguagem, portanto, quero chamar a atenção para a forma específica pela qual essa metalinguagem aponta para a *presente* instância do discurso para poder ser metalinguística¹⁰. Trata-se de uma estratégia recorrente na produção de Paulo¹¹: poemas que se voltam não para o “fazer poético” dentro do poema, mas sobretudo para o fazer *isto*, ou fazer *este* poema em questão, a cada vez (no caso do “isto”, evidentemente, supondo que aceitamos o poema como referência da *dêixis*). Nesses casos, a operação metalinguística se funda e se situa, portanto, desde uma referência indexical.

O verso final, porém, frente a todas essas instâncias linguísticas, traz uma nova possibilidade: a de que a linguagem não seja dêitica ou metalinguística, mas fática¹². Vou tomar um espaço para abordar, como que entre parênteses, esse “teste da funcionalidade do canal linguístico” cuja única função é “prolongar a comunicação” (JAKOBSON, 1971 [1960], p. 118-162), já que ele será útil mais à frente.

Primeiramente, é preciso dizer que o quadro que abre o “Shifters, verbal categories and russian verb” de Jakobson – sobre as formas pelas quais a linguagem se refere a si mesma – está, de certa maneira, incompleto: não aparecem ali as maneiras pelas quais o código e a mensagem podem fazer referência e/ou testar o *canal*, isto é, a função fática. Em segundo lugar, parece evidente que essa função tem algo em comum com os *shifters*, na medida em que também apenas possui referência a partir de um vínculo existencial com a instância presente (ou com a materialidade acontecimental) da enunciação. De maneira ainda mais radical, porém, sua única “função”, tal como é definida por Jakobson em 1960, seria a de testar, prolongar ou reafirmar a própria comunicabilidade.

Tanto Jakobson quanto Benveniste citam o mesmo texto como fonte da noção de linguagem fática. Jakobson não se detém muito no termo: parte da necessidade de denominar o “pendor para o contato” da linguagem, admitindo tomar sua designação, “função fática”, de Bronislaw Malinowski (JAKOBSON, 1971 [1960], p. 126). Benveniste, por outro lado, chega à discussão precisamente em um texto que retoma sua investigação a respeito dos indicadores, “O aparelho formal de enunciação” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 81-90), esbarrando com essa que seria uma “condição social das mais banais em aparência” (*Ibidem*, p. 88), mas que é extremamente

uma construção fática prototípica: “Então essa fala esquisita, aparentemente anárquica, / de repente é mais que isso, é uma voz, talvez, / do outro lado da linha formigando de estática, / dizendo algo mais que testando, testando, um dois três, // câmbio?” (BRITTO, 2003, p. 9).

problemática do ponto de vista linguístico: esse estatuto que Malinowski propõe como “comunhão fática”.

Da mesma maneira que Jakobson busca em Burks um conceito de “significação indexical” que escaparia do funcionamento puramente simbólico, Benveniste lê no conceito de Malinowski uma linguagem que “cumprir uma função para a qual o sentido de suas palavras é quase completamente indiferente” (MALINOWSKI *apud* Benveniste, 2006 p. 89). Trata-se da proposição de “um tipo de discurso em que os laços de união são criados pela mera troca de palavras” (*Ibidem*). A conclusão de Benveniste é que “a análise formal dessa troca linguística está por fazer” (BENVENISTE, 2006 p.90), apontando ainda para uma flagrante carência de bibliografia a respeito desse “limite do diálogo”.

O texto de Malinowski em questão – publicado originalmente como apêndice à obra de Charles Kay Ogden e Ivor Armstrong Richards, *The meaning of meaning: a study of the influence of language upon thought and of the science of symbolism* (1964 [1923]) – é o “The Problem of Meaning in Primitive Languages” (*Ibidem*, p. 296-336), no qual o antropólogo propõe a função fática muito brevemente, como uma hipótese especulativa dentro de uma reflexão sobre uma intersecção entre os estudos etnográficos e os linguísticos. O que interessa ao seu texto é propor um esquema de contraposição entre uma linguagem “técnica” – inextrincável do curso direto das ações e de uma associação simbólica convencionalizada – e um discurso cuja única função é a mera circulação de palavras: precisamente, o que chama de comunhão fática.

Malinowski propõe, assim, um uso da linguagem no qual ela não seria um instrumento para um fim, mas apenas uma maneira de quebrar o desconforto causado pelo silêncio (*Ibidem*, p. 314), se afastando de uma significação estável e convencionalizada e até mesmo de qualquer imperativo de referencialidade. Se, seguindo a provocação do verso final de Paulo Henriques Britto, a linguagem for apenas fática, isso nos diria que o seu funcionamento não seria o da *significação* (seja ela indexical ou simbólica), mas o do mero testar e estender o contato linguístico. Mas vou fechar aqui o parêntese sobre o fático (deixando esse ponto também em suspenso), pois essa questão ressoará mais a frente, como alternativa para um

impasse dentro de uma re-esquematização de toda a questão dos *shifters*.

Este poema não é para você

Tomemos, da série “seis sonetos soturnos” um último poema de Paulo Henriques Britto, que nos acompanhará daqui pra frente:

Podia, sim, ter sido de outro jeito,
só que não foi. É fato consumado,
acabou. O que está feito, está feito,
nada mais há a fazer. Certo ou errado,

foi desse modo que eu agi. Pensei
que era o melhor. Não – não pra mim. Pra mim
era a pior saída. E agora sei
que pros outros foi ainda pior. Sim

a cada dia fica mais difícil
sair e ter conversas como esta,
que não levam a nada. Mas por quê

afinal, estou aqui, neste edifício,
no meio desta gente, nesta festa?
Este poema não é para você.
(BRITTO, 2012, p. 49).

Novamente, Paulo investe em uma série de dêiticos que apontam para uma cena que nos escapa: um “isto” que está feito, mas não sabemos o que, um modo, “este”, que não sabemos qual, uma conversa, “esta”, que não sabemos com quem, um edifício, “aqui”, não sabemos onde – de fato, os tercetos apresentam uma verdadeira enxurrada de dêiticos: “como esta”, “estou aqui”, “neste edifício”, “no meio desta gente” e “nesta festa”. Se Burks adiantou a propensão ao erro dos símbolos indexicais, Paulo Henriques Britto parece explorá-la ao máximo, proliferando lacunas em seu poema e se aproveitando largamente de dêiticos cujo significado indexical nos escapa.

O verso final, porém, tensiona ainda mais essa propensão à falha de referência. Temos, aparentemente, um endereçamento direto a uma segunda pessoa, negando que esta seja a destinatária do poema. Em um primeiro plano, “Este poema não é para você” parece falar para nós, leitores, que, à exceção

desse verso, nosso papel inteiro é o de uma terceira pessoa (uma “não pessoa” nas proposições de Benveniste) que estava acompanhando um fragmento de diálogo que não lhe diz respeito, e talvez por isso os significados indexicais estejam tão incompletos.

Um dado interessante decorre da escolha pronominal no verso. Paulo não utiliza o pronome anafórico “esse”, que retomaria o poema *até ali* – e, por conseguinte, faria do verso final uma espécie de “não-verso”, na medida em que o excluiria do corpo do poema – mas sim o “este”, pronome que poderia ser tomado em sua acepção catafórica (que apontaria para o poema seguinte da obra, “Lagniappe”, alternativa que me parece render pouco na leitura) ou em sua função de demonstrativo. Nessa função, “este poema” não nos diria de nenhum poema que poderia ser delimitado catafórica ou anaforicamente – isto é, nenhum poema que pudesse ser *convencionalmente* delimitado antes ou depois do verso em questão –, mas sim de um poema que está indicado desde uma relação de proximidade com a instância de enunciação, fazendo referência ao poema em que está inserido por meio de um “vínculo contemporâneo” ou “existencial”.

Há, ainda, o segundo símbolo indexical do verso: o direcionamento à segunda pessoa, “você” (outro ponto muito recorrente na poesia de Paulo). Não podemos, pela própria característica que define os *shifters*, afirmar categoricamente se essa segunda pessoa é, efetivamente, nós, os leitores, ou alguém específico a quem o poema estaria endereçado. Novamente, estamos às voltas, portanto, com as imprecisões inerentes aos *shifters*; mas, dessa vez, a questão traz um problema especial por não se tratar de um caso de ato de enunciação pensado como exemplo e hipoteticamente situado (e aqui, retomo Burks no ponto em que havia deixado em suspenso).

Analisando o verso dentro das categorias de Arthur Burks teríamos que tanto “este verso” quanto “você” seriam símbolos indexicais com um significado simbólico estável e razoavelmente específico. Porém, uma vez que situamos o “ato de fala” relativamente a uma infinidade potencial de reatualização em diferentes movimentos de leitura, a propensão ao erro assume uma nova dimensão, já que o significado indexical jamais estaria completo. De fato, mais do que incompleto, a referência à “presente instância do discurso”

é dispersiva, na medida em que se projeta para todo leitor potencial.

Mas há ainda mais uma complicação. Ao postular um erro de endereçamento, o verso encerra uma espécie de paradoxo: apenas é efetivo em negar o endereçamento no ponto em que precisa recorrer a um endereçamento direto. Para o poema não ser para “nós” – os erros de endereçamento – *este verso* precisa ser; ou ainda, para nos negar o estatuto de destinatário, é preciso nos endereçar diretamente. O que poderia ser formulado, a partir dos teóricos que viemos abordando, da seguinte maneira: a única forma de nos inscrevermos fora de uma relação existencial com a instância discursiva do poema – isto é, a única forma de estarmos impossibilitados de referenciar os símbolos indexicais ali presentes – é, precisamente, nos reconhecendo como referência direta, como significado indexical completo, do “você”.

Esse verso final, “este poema não é para você”, será o centro de investigação a partir daqui. Dito melhor: vou tentar mapear as implicações desse paradoxo desdobrado em uma dupla possibilidade de interpretação: uma, segundo a qual esse seria um verso que, em última instância, sempre comunica a incomunicabilidade do poema, a incontornabilidade do erro de referência; outra pela qual seria um verso que mesmo quando não é *para nós*, apenas pode dar a ler o erro na medida em que completamos a sua incompletude de significação. Essas duas interpretações – não exatamente contraditórias, mas que apontam para lugares bastante diferentes – serão importantes na medida em que levarão às formulações de dois importantes filósofos da segunda metade do séc. XX, precisamente a partir de uma diferença de interpretação sobre esse “modo de linguagem” que viemos abordando até aqui.

O *shifter* supremo

Antes de entrar nas obras dos dois filósofos, caberia arriscar uma nova conclusão preliminar, não mais sobre o “sujeito contingente” na obra de Paulo Henriques Britto, mas agora sobre a grande categoria (que está, na verdade, na base do conceito de Heller-Roazen) dos *shifters* ou “símbolos indexicais”. O que era uma mudança de referência (um *shift*) na proposição de Jespersen se desdobrou, via Burks, em um caráter duplo: de

um lado a estabilidade de um significado simbólico que diz de uma relação convencionalizada com a presente instância de discurso em que ocorre; e, do outro, o significado indexical, que é relativo à reatualização pragmática de cada ocorrência.

Dessa maneira, o problema da dificuldade de estabelecimento de sentido dos *shifters* se dá na medida em que sua significação simbólica apresenta uma relação estável, mas apenas a partir de um ponto pragmático dinâmico. No caso de não determinarmos precisamente esse ponto – que, no limite, nunca é determinável inequivocamente – ou de tomarmos a multiplicidade dispersiva de suas possíveis recepções (como acontece no caso da escrita), as referências são potencialmente infinitas.

Então chegamos ao problema do “Este poema não é para você”: ao reatualizar a “presente instância do discurso” em cada movimento de leitura, esse seria um verso que não é para ninguém; comunicaria apenas o erro de sua referência. Ao mesmo tempo, para comunicar o erro, é necessário que nós, enquanto leitores, forneçamos ao significado indexical a “completude temporária” que a ele faltava, isto é: que sejamos a segunda pessoa para quem ele se endereça.

A abordagem, agora, de Jacques Derrida e Giorgio Agamben seguirá um caminho duplo, análogo a essa dupla interpretação do verso de Paulo. Trata-se de uma divisão esquemática, mais do que uma tentativa de identificar um ponto seguro de contraposição entre as duas obras. Não quero tirar o peso da simplificação que todo esquematismo traz, mas antes, assumi-lo para montar uma cena de leitura dos dois filósofos, ou de maneira mais justa, dos escritos de Derrida do final dos 60 (e, no fim, um pequeno salto para os 80), e dos de Giorgio Agamben, em uma série de obras escritas durante os anos 80, várias delas publicadas posteriormente.

Tomemos nosso ponto de partida em Derrida: sua releitura da fenomenologia de Husserl em *A voz e o fenômeno* (DERRIDA, 2012 [1967]) – um desdobramento ontológico de um problema de ordem linguístico: a determinação do ser como presença a si desde uma ancoragem na *voz*.

Derrida flagra, desde a distinção de Husserl entre o signo tomado enquanto *expressão* (*Ausdruck*) e enquanto *indício* (*Anzeichen*) (*Ibidem*, p. 23), uma deliberada negligência com o caráter de indício. Priorizando a expressividade, Husserl

abriria caminho, nas *Investigações filosóficas* para flagrar o telos da linguagem como “consciência voluntária do querer-dizer” (*Ibidem*, p. 43), caminho impossível de ser remontado, segundo Derrida, desde a esfera do indício, essencialmente marcada pela “não presença imediata a si do presente vivo” (*Ibidem*, p. 44).

Se falávamos dos *shifters* como marcas constantes de uma “imprecisão” avessa a uma asserção unívoca, Derrida nos diz que “o indício fica fora do conteúdo da objetividade absolutamente ideal, isto é, da verdade” (*Ibidem*, p. 35). Tudo se passa, nesse sentido, como se Derrida lesse em Husserl uma recusa da “significação indexical” precisamente por sua incontornável “propensão ao erro” e incompletude de referência, ou seja, na medida em que os símbolos indexicais são incapazes de assegurar uma estabilidade consciente do “querer-dizer”.

Quase ao fim do seu livro, o filósofo ainda empreende uma análise de uma partícula indicativa específica, o pronome pessoal “eu”. Aqui os ecos com os linguistas pelos quais passamos são evidentes: Derrida abre o espectro das partículas de indicação para incluir vocábulos “do tipo aqui, lá, acima, agora, ontem, amanhã, antes, depois, etc.” (*Ibidem*, p. 101), ao cabo do que propõe que: “a raiz de todas estas expressões, como rapidamente se vê é o ponto-zero da origem subjetiva, o *eu*, o *aqui*, o *agora*. A *Bedeutung* destas expressões é deportada para a indicação cada vez que anima para outrem um discurso real” (*Ibidem*, p. 101).

Esse ponto zero – Paulo Henriques Britto diria o “tão limitado estar aqui agora” – interessa para Derrida precisamente como marca de uma impossibilidade de determinação do ser como presença a si, isto é, na medida em que “o aparecer do *eu* a si mesmo no *eu sou* é, portanto, originariamente relação com o seu desaparecimento possível” (*Ibidem*, p. 61). Trata-se, dessa forma, da mesma indeterminabilidade da significação indexical, na medida em que o “aqui e agora” da enunciação só é referível deiticamente, e por isso mesmo é sempre dependente da ocorrência pragmática de cada “ato único e discreto” da enunciação.

Um caminho muito parecido pode ser lido na “obra não escrita” de Agamben, situada entre o final dos anos 70 e o final dos 80¹³. De fato, o ponto de partida do filósofo italiano é o mesmo que já lemos em Derrida: o problema representado pelo

¹³ Trata-se de um arco de textos que se inicia em 1977 com *Infância e história*, e passa por “*Se: O absoluto e a Ereignis” (AGAMBEN, 2015 [1982] p. 147-172), *A linguagem e a morte* (AGAMBEN, 2006 [1982]) “La glossolalia como problema filosófico” (AGAMBEN, 2014 [1983]), “A coisa mesma” (AGAMBEN, 2015 [1984] p. 9-22), “Tradição do imemorable” (AGAMBEN, 2015 [1985] p. 133-136), “*Experimentum linguae*” (AGAMBEN, 2005 [1989]) e “*Experimentum vocis*” (AGAMBEN, 2017 [2016]) – que embora lançado em 2016, é situado, no prefácio que o acompanha, junto às reflexões do filósofo em meados da década de 80. Agamben se refere, em *Experimentum linguae*, a todos esses textos como uma “obra não escrita” que teria por título, segundo suas anotações “*La voce umana* (a voz humana), ou, segundo outras notas, *Etica, ovvero della voce* (Ética ou da voz)” (AGAMBEN, 2005, p. 10).

pronome pessoal “eu” nas *Investigações filosóficas* de Husserl. No que toca às conclusões, a de Derrida – de que Husserl “parece pensar que, para quem fala, essa *Bedeutung* [das expressões *eu, aqui, agora*], como relação com o objeto (*eu, aqui, agora*), é ‘realizada’” (DERRIDA, 2012 [1967], p. 101) –, é endossada por Agamben quase que nos mesmos termos, retomando a questão do “eu”, “com a qual Husserl havia esbarrado sem aferrá-la completamente” (AGAMBEN, 2014 [1977] p. 56), e apontando (nesse ponto, citando inclusive o mesmo trecho das *Investigações filosóficas* citado por Derrida) o quanto Husserl “acreditava poder explicá-la [a natureza do pronome *eu*] afirmando que ‘no discurso solitário, o significado (*Bedeutung*), do *eu* realiza-se essencialmente na representação imediata da nossa própria personalidade” (*Ibidem*, p. 56).

O curioso não é, porém, o ponto de partida ou a conclusão de Agamben, mas alguns elementos do *caminho percorrido* por sua argumentação, ou, mais especificamente: uma espécie de “salto conceitual” quando o filósofo italiano aponta que os “indicadores de enunciação” são “termos que não tem nenhuma referência” (AGAMBEN, 2014 [1989], p. 12), ou que os *shifters* diriam “não de um objeto, mas da própria linguagem” (*Idem*).

Trata-se de um salto conceitual que se repete em diversos dos textos de Agamben dessa época, mas que está mais evidente em *A linguagem e a morte* (AGAMBEN, 2006 [1982]), no qual, a partir de Hegel e Heidegger, o filósofo italiano se volta para o caráter essencialmente negativo da linguagem, montando a questão desde os pronomes neutros dêiticos “ai/isto”. O terreno é, novamente, familiar: o filósofo apresenta o “aí” e o “isto” como *shifters*, isto é, como “um particular modo de significação e um ato indicativo” que remeteriam sempre à “instância de discurso os contém” (*Ibidem*, p. 38).

E então, algumas páginas à frente, o salto conceitual: Agamben propõe, que “os pronomes e os outros indicadores da enunciação, antes de designar objetos reais, indicam precisamente *que a linguagem tem lugar*. Eles permitem, deste modo, referir-se, ainda antes que ao mundo dos significados, ao próprio *evento da linguagem*” (*Ibidem*, p. 43). De uma referência imprecisa ou equívoca, os *shifters* passam a ser, para Agamben, *sui referenciais*: dizem o próprio “ter lugar” da linguagem.

Esse deslocamento ainda fica mais claro quando Agamben se volta para o “nada”, propondo-o como o “*shifter* supremo”, a palavra que designaria, por excelência, o funcionamento dos *shifters*:

Enquanto abre uma dimensão na qual existe a *linguagem*, mas não existem *as coisas* significadas, a dimensão de significado do nada se revela próxima da dos *shifters*, que indicam o próprio ter lugar da linguagem, a instância do discurso, independentemente do que nela é dito. Em relação a estes, ele se apresenta aliás como uma espécie de *shifter* supremo. (AGAMBEN, 2006 [1982], p. 101).

Voltemos um pouco em nosso percurso: Jespersen postulava os *shifters* como partículas que teriam uma significação complexa e dinâmica, o mesmo estatuto que Burks (e Jakobson) releem nos termos de uma significação indexical incompleta e propensa ao erro. Agamben, porém, ao tomar os *shifters* como indicadores do próprio ter-lugar da linguagem – ou como *sui referenciais* –, toma como “*shifter* supremo” a completa ausência de referência. Porém o “nada”, se lido desde Jespersen, Burks e Jakobson, não apenas não é um *shifter*, como talvez seja a palavra que mais se afasta dessa categoria, uma vez que independe de qualquer “vínculo existencial” já que seu sentido é unicamente simbólico. Mais ainda: seguindo a linha de raciocínio dos linguistas que passamos até aqui, o “*shifter* supremo” de Agamben se caracterizaria como uma negativa da própria característica definidora dos *shifters*, isto é, a referência dinâmica e *incompleta*, mas não *ausente*, de sua significação indexical. Agamben parece tomar, nesse sentido, a inexistência de uma referência inequívoca por uma inequívoca inexistência de referência.

E aqui encontramos todo o peso da primeira interpretação do “Este verso não é para você”: um paradigma da linguagem que apenas comunica sua incomunicabilidade, seu ter lugar sem qualquer vínculo existencial, como um negativo absolutizado da referencialidade. “Este verso não é para você” seria uma maneira de dizer, para retomarmos a fórmula geral da predicação, “S não é P”: isto é, a determinação de uma predicação é sempre equívoca e o verso final de Paulo, em última instância, não é para ninguém. Trata-se, portanto, de uma linguagem que sempre diz “nada”: a liminaridade do

dizer o seu ter lugar como determinação negativa de qualquer “relação existencial”.

Este poema ainda não é para você

Mas o que acontece se buscássemos, dentro do paradigma dos linguistas que viemos abordando, algo como um “*shifter* supremo”? Um registro que fosse não a negativa de qualquer referência, mas uma “relação existencial” em seu formato mínimo? Creio que já passamos por algo parecido a partir de outro verso final de Paulo Henriques Britto, isto é, a proposição por Malinowski (que tanto Benveniste quanto Jakobson retomaram) de uma *comunhão fática*: um funcionamento da linguagem que diria não de uma negativa de referência, mas sim da reafirmação do contexto pragmático imediato de circulação do discurso.

A diferença é sutil, então, cabe cautela: se aceitamos o “nada” como um *shifter* supremo, estamos falando da negativa de qualquer “relação existencial” ou qualquer “relação contemporânea”. Ou seja: a negativa da referencialidade é totalmente destemporalizada – “S não é P”. Porém, ao tomarmos a perspectiva desde a *comunhão fática*, a questão é sempre desdobrada desde uma relação existencial contemporânea já dada. A referencialidade não é barrada, mas diferida, ela é contingente em sua incompletude. Quanto à significação indicativa, ela não é *impossível*, ela apenas está aberta a todos os incidentes e reaberturas potenciais de movimentos de leitura. Em outras palavras, ela é propensa ao erro, mas não inexistente. Estamos, portanto, não na ordem da absolutização do que é ou *não* é, mas sim na ordem do que pode ser, ou do que “ainda não” é.

Mas qual seria o formato mínimo, o modelo pontual da *comunhão fática*? Para arriscarmos um passo aí, cabe retornarmos a Derrida, mas a partir de outra obra. De fato, trata-se de uma sugestão periférica em sua *Gramatologia* (DERRIDA, 2013 [1967]), a partir de uma retomada da antropologia de Lévi-Strauss. O ponto de partida é a interdição dos nomes próprios¹⁴ observada por Lévi-Strauss em seu convívio com os Nhambiquara. Tal interdição é lida por Derrida como uma proibição da “violência da letra”: “Nomear, dar os nomes que eventualmente será proibido pronunciar, tal

¹⁴ Cumpre ressaltar o quanto essa mesma recusa de um nome próprio ainda poderia ser lida na priorização da imagem do jogo em seu célebre “A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas”, publicado, também em 1967 em *A escritura e a diferença* (DERRIDA, 1971). Poderíamos ler, aí, a prevalência do jogo como uma decorrência da caracterização eminentemente indicativa da linguagem. O fato de o significado indicativo poder sempre incorrer em um erro de indicação, uma designação imprópria, e não necessariamente reafirmar os “nomes próprios” de uma estrutura organizada segundo um fundamento presente a si, como que reafirma a sua distância para com a “expressão” (no sentido husserliano) ou a “significação simbólica”.

é a violência originária da linguagem que consiste em inscrever uma diferença, em classificar, em suspender o *vocativo absoluto*” (DERRIDA, 2013 [1967], p. 139, grifo meu).

De fato, a forma como a linguística moderna lida com o vocativo nos leva a um entrecruzamento de todas as instâncias linguísticas que viemos lidando até aqui. Os vocativos são definidos como “inerentemente dêiticos” (LAMBRECHT *apud* SONNENHAUSER; HANNA, 2013 [1996], p. 3) ao mesmo tempo em que “predominantemente fáticos” (ANDERSEN, 2004, p. 439). Eles diriam ainda, segundo Andersen, de uma “função primária dos nomes”, que seria chamar a atenção e estabelecer um contato, antes de qualquer estrutura de “significação”.

Se os *shifters*/indicadores de enunciação eram uma categoria das palavras, o vocativo é um caso curioso no qual virtualmente qualquer palavra pode desempenhar o papel de indicador de endereçamento, dependendo estritamente do contexto pragmático em que ele ocorre – o que significaria dizer, para retomarmos uma última vez aos termos de Arthur Burks, que eles não dependem de um significado simbólico convencionalizado para sua operação, qualquer palavra pode, funcionalmente, se comportar como um vocativo. Marguerita Donati nos diz, de fato, que o caso vocativo “não possui uma função sintática-semântica, como os outros valores de ‘caso’, mas, antes, uma função pragmática: inserir um destinatário em um dado contexto de discurso. Em outras palavras, o caso vocativo é um dêitico pessoal e poderia ser definido como um ‘*shifter* de referencialidade” (DONATI, 2013, p. 277, em tradução livre¹⁵).

Se o *shifter* supremo de Agamben apontava para a liminaridade do “ter-lugar” da linguagem determinada negativamente por sua referência, o funcionamento de um vocativo genérico parece mais fiel aos *shifters* tal qual formulados por Jespersen, na medida em que fala da própria abertura de um endereçamento que não é *sem referência*, mas cuja referência é decididamente equívoca, reatualizada a cada “presente ato de fala”. No lugar do *shifter* como determinação da negatividade semântica (cujo modelo é o “nada”), temos o vocativo como marca equívoca, dinâmica e contingente do estabelecimento uma relação pragmática (para a qual qualquer interjeição poderia nos servir como modelo).

¹⁵ “To return to the vocative case, we said that it has no semantic-syntactic function, unlike other case values, but rather a pragmatic function: to place an addressee in a given speech context. In other words, the vocative case is a person deictic and can be defined as a ‘referentiality shifter’” (DONATI, 2013, p. 277)

E aqui retomo o “Este poema não é para você”. Mesmo quando nos nega o endereçamento – ou melhor: precisamente *para* negar-nos o estatuto de destinatários – o poema precisa se endereçar a nós. Mesmo que não “comunique”, ele já fala desde uma “comunhão fática” que sempre já se deu e se reatualiza a cada vez, a cada leitura. Na medida em que o “erro” de destinação só existe – por estar marcado pela lógica dos *shifters* – relativamente à instância de discurso que contém o próprio indicador, ele só pode ser pensado em relação a um contexto que tenha sido pretensamente *determinado de maneira inequívoca*. Se a cada gesto de leitura assumimos o papel de endereçados pelo vocativo, fornecemos uma nova “completude temporária” de referência, uma reatualização pragmática que permite a abertura de um novo “significado indexical”. “Este poema não é para você” nos diz, portanto, apenas que ele “ainda não é”. E só pode *não sê-lo*, na medida em que, a cada vez, passar a ser.

No início dos 80, Derrida lança *O cartão-postal: de Sócrates a Freud e além* (DERRIDA, 2007 [1980]), algo que parece uma espécie de “grande obra” da comunhão fática ou do vocativo pensado desde a noção de *envio* – ou de uma “ontologia do cartão-postal”, na definição de Derrida. *O cartão-postal* poderia servir como uma espécie de itinerário alternativo para quase todas as questões que perpassamos até aqui. Os ecos são muitos: desde a tentativa de desvincular a “*tekhne postal*” de uma redução da destinação à identidade (DERRIDA, 2007, p. 216); passando por uma leitura do pulsional freudiano de tal maneira que ele não pode ser reduzido à “forma S é P” (*Ibidem*, p. 397), e até mesmo em uma análise do paradoxo que líamos no “este verso não é para você”:

Um dos paradoxos da destinação é que se você quisesse demonstrar, para alguém, que algo nunca chega a seu destino, não teria como. Uma vez que a demonstração tenha chegado a seu objetivo, ela terá provado o que não se deveria provar. Mas é por isso, cara amiga, que eu digo sempre ‘uma carta sempre *pode não chegar* a seu destino etc.’ é uma chance. (*Ibidem*, p. 140-141).

O cartão-postal, porém, é muito pouco sistemático para o tipo de leitura, assumidamente esquemática, que tentei

montar aqui. Tentar enquadrá-lo nesse cenário seria, acredito, uma espécie de violência com sua própria proposição. Mas me parece interessante fechar o percurso com um fragmento quase anedótico, um dos seus “envios”, que gostaria de ler como uma espécie de epigrama da relação entre o paradigma da linguagem fundado pelo “nada” como negativo semântico, e a perspectiva aberta pela prevalência de uma comunhão fática sempre já dada pela ocorrência de um vocativo. Trata-se de um pequeno trecho, apresentado por Derrida como “um pequeno diálogo filosófico da minha composição (para ler no seu banho de sol): ‘Ei, Sócrates! – O que? – Nada’” (*Ibidem*, p. 273).

Referências

AGAMBEN, Giorgio. Introduzione. In: COCCIA, Emanuele. *La trasparenza delle immagini: Averroè e l'averroismo* Milano: Bruno Mondadori, 2005. p. 7-19

AGAMBEN, Giorgio. Experimentum vocis. In: AGAMBEN, Giorgio. *What is philosophy?* Trans. Lorenzo Chiesa. Stanford: Stanford University Press, 2017. [e-book Kindle]

AGAMBEN, Giorgio. *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Trad. António Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015a.

AGAMBEN, Giorgio. ¿A quién se dirige la poesía? Trad. Gerardo Muñoz e Pablo Domínguez Galbraith. *Infrapolitical-Deconstruction Collective*, 22 abr. 2015. Disponível em: <https://infrapolitica.wordpress.com/tag/cesar-vallejo/>. Acesso em: 15 jun. 2017.

AGAMBEN, Giorgio. La voz umana. *Nombres: revista de filosofía*, Córdoba, año XXII, n. 28, p. 7-32, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. *A linguagem e a morte: um seminário sobre o lugar da negatividade*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ANDERSEN, John M. On the grammatical status of names. *Language*, v. 80, n. 3, p. 436- 475, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4489720>. Acesso em: 15 jun. 2017.

ANTELO, Raúl. A poesia não pensa ainda. In: SCRAMIM, Susana (org.). *Alteridades na poesia: riscos, aberturas, sobrevivências*. São Paulo: Iluminuras, 2016. p 91-156.

ALENCAR, Rosana Nunes. *Lirismo, tradição e autorreflexividade crítica na poesia de Paulo Henriques Britto*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, 2016.

ALMEIDA, Dayane Celestino. *Semiótica da poesia: estudo de poemas de Paulo Henriques Britto*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes Editores, 2006.

BLOCH, Ernst. *Man on his own: essays on the philosophy of religion*. New York: Herder and Herder, 1970.

BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Trad. Werner Fuchs. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2006. 3 volumes.

BRITTO, Paulo Henriques. *Nenhum mistério*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BRITTO, Paulo Henriques. *Mínima Lírica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BRITTO, Paulo Henriques. *Formas do Nada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BRITTO, Paulo Henriques. *Tarde*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRITTO, Paulo Henriques. *Macau*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BRITTO, Paulo Henriques. *Trovar Claro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BURKS, Arthur W. Icon, Index and Symbol. *Philosophy and phenomenological Research*, v. 9, n. 4, p. 673-689, jun. 1949.

COX, Harvey. Foreword. In: BLOCH, Ernst. *Man on his own: essays on the philosophy of religion*. New York: Herder and Herder, 1970. p. 7-18.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Trad. Mirian Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2013.

DERRIDA, Jacques. *A Voz e o fenômeno: Introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl*. Trad. Maria José Semião e Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Edições 70, 2012.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1971.

DERRIDA, Jacques. *O cartão postal: de Sócrates à Freud e além*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DONATI, Marguerita. The vocative case between system and asymmetry. In: SONNENHAUSER, Barbara; HANNA, Patrizia Noel Aziz (editors). *Vocative! Addressing between System and Performance*. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton, 2013. p. 269-282.

FERNANDES, Rômulo Giacomme de Oliveira. *Alguns procedimentos na poética de João Cabral e sua relação com a poesia contemporânea (década de 80 e 90)*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, 2016.

HELLER-ROAZEN, Daniel. *Ecolalias: sobre o esquecimento das línguas*. Trad. Fábio Akcelrud Durão. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

HELLER-ROAZEN, Daniel. *Fortune's Faces: the Roman de la Rose and the poetics of contingency*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009.

JAKOBSON, Roman. Shifters, Verbal Categories, and the Russian Verb. In: JAKOBSON, Roman. *Selected Writings II: Word and Language*. The Hague/Paris: The Mouton Publishers, 1971. p. 130-147.

JESPERSEN, Otto. *Language, its nature development and origin*. New York: The Norton Library, 1964.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1971.

LACAN, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

MALINOWSKI, Bronislaw. The problem of meaning in primitive languages. In: OGDEN, Charles Kay; RICHARDS, Ivor Armstrong. *The meaning of meaning: a study of the influence of language upon thought and of the science of symbolism*. New York: Harcourt, Brace & World Inc., 1964. p. 296-336.

MENDES, Gabrielle Cristine *A melancolia na poesia de Paulo Henriques Britto*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

PEDROSA, Célia. Poéticas do olhar na contemporaneidade. *Literatura e Sociedade*, v. 10, n. 8, p. 82-103, 2005.

SECCHIN, Antônio Carlos. Paulo Henriques Britto desleitor de Joao Cabral. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 85, p. 313-317, 2015.

SONNENHAUSER, Barbara; HANNA, Patrizia Noel Aziz. Introduction: Vocative! In: SONNENHAUSER, Barbara e HANNA, Patrizia Noel Aziz (editors). *Vocative! Addressing between System and Performance*. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton, 2013. p. 1-24.

ABSTRACT

This poem is not for you yet – about Paulo Henriques Britto

This article canvasses the deixis in the poetry of Paulo Henriques Britto, considering it a way of suspension, through the “indexical meaning”, of the stabilized referentiality. In a first moment, the main goals will be to sketch some of the deictics/shifters in Paulo’s works, and come up with the indexical meaning as a common ground for two of the most recurrent themes of his poems – the frequent presence of first person and its metalinguistic predilection. Secondly, this research will investigate – from a double possibility of interpretation of a single verse – a subtle difference in the philosophy of language of two main scholars of the twenty century.

Keywords: Contemporary Poetry; Philosophy of Language; Deictics.

Filipe Manzoni possui doutorado (2018) em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Literaturas da Universidade Federal de Santa Catarina sob orientação da Prof. Dra. Susana Célia Leandro Scramim e coorientação da Prof. Dra. Luciana Maria Di Leone, com período sanduíche na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, sob orientação do Prof. PhD, Kenneth David Jackson. Defendeu mestrado (2014) em Literatura Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Vernáculas da Universidade Federal de Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Dr. Eucanaã Ferraz. Ainda pela UFRJ concluiu o bacharelado (2012) e a licenciatura (2013) em Letras Português – Literaturas de Língua Portuguesa.